
TRANSPARENCY INTERNATIONAL
the global coalition against corruption
ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO
2019

A Transparência Internacional é um movimento global com uma visão: um mundo em que governos, empresas, a sociedade e as vidas diárias de pessoas estejam livres de corrupção. Com mais de 100 capítulos no mundo todo e um Secretariado internacional em Berlim, lideramos a luta contra a corrupção para fazer com que essa visão se torne realidade.

#cpi2019
www.transparency.org/IPC

Adaptação/design: Andreza Moreira | Tangente Design
Tradução: Vicente Melo

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em janeiro de 2020. Contudo, a Transparência Internacional não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

ISBN: 978-3-96076-126-6

2020 Transparência Internacional. Exceto se apontado de outra forma, este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas. Favor entrar em contato com a Transparência Internacional – copyright@transparency.org – para tratar de pedidos para usar o relatório.

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2019

ÍNDICE

2-3
Mapa e resultados

4-5
Sumário executivo
Recomendações

6-8
Destaques globais

9-11
Integridade política
Transparência no financiamento de campanhas eleitorais
Processo de decisão política

12-13
Américas
Estados Unidos
Brasil

14-15
Ásia-Pacífico
Indonésia
Papua-Nova Guiné

16-17
Leste Europeu & Ásia Central
Armênia
Kosovo

18-19
Oriente Médio & Norte da África
Tunísia
Arábia Saudita

20-21
África Subsaariana
Angola
Gana

22-23
Europa Ocidental & União Europeia
Malta
Estônia

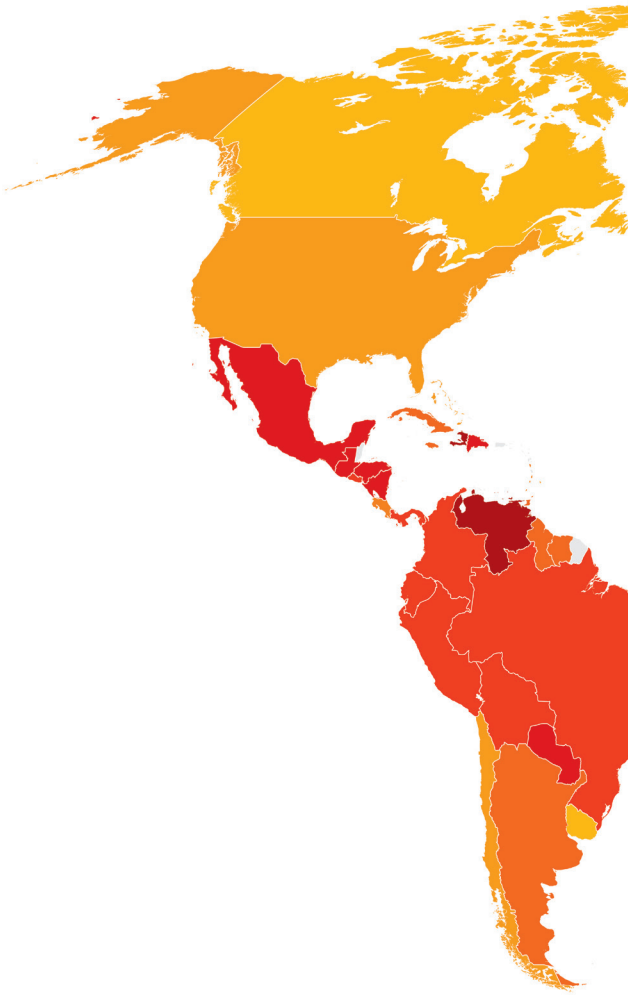
24-25
Problemas no topo do ranking

26
Metodologia

27-29
Notas finais

180 PAÍSES. 180 PONTUAÇÕES.

COMO SE SAIU O SEU PAÍS?



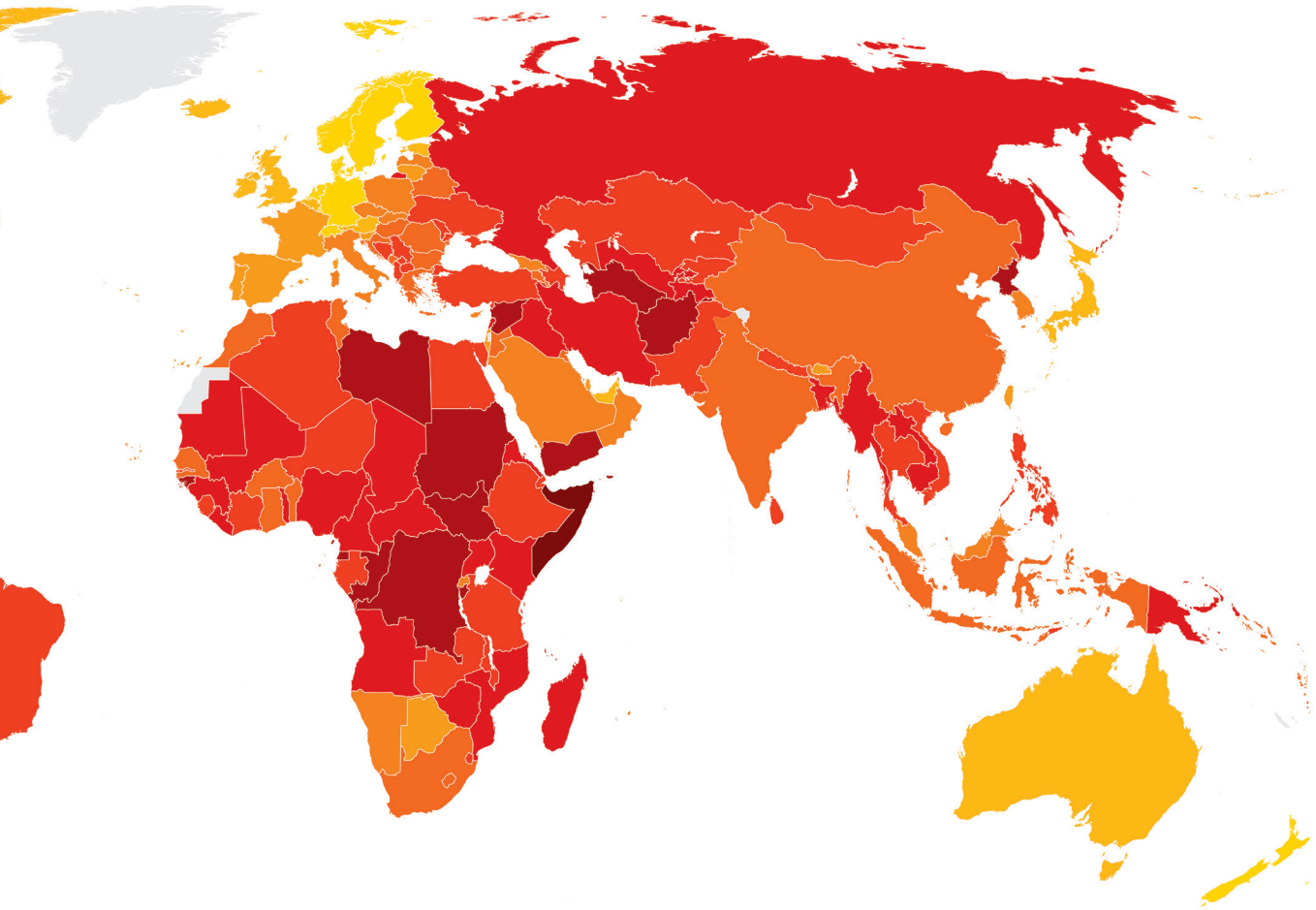
Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo.

PONTUAÇÃO

Altamente corrupto — Altamente íntegro

0-9 10-19 20-29 30-39 40-49 50-59 60-69 70-79 80-89 90-100 Dados indisponíveis

PONTUAÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	POSIÇÃO
87	Dinamarca	1
87	Nova Zelândia	1
86	Finlândia	3
85	Singapura	4
85	Suécia	4
85	Suíça	4
84	Noruega	7
82	Holanda	8
80	Alemanha	9
80	Luxemburgo	9
78	Islândia	11
77	Austrália	12
77	Áustria	12
77	Canadá	12
77	Reino Unido	12
76	Hong Kong	16
75	Bélgica	17
74	Estônia	18
74	Irlanda	18
73	Japão	20
71	Emirados Árabes	21
71	Uruguai	21
69	França	23
69	Estados Unidos	23
68	Butão	25
67	Chile	26
66	Seicheles	27
65	Taiwan	28
64	Bahamas	29
62	Barbados	30
62	Portugal	30
62	Catar	30
62	Espanha	30
61	Botsuana	34
60	Brunei	35
60	Israel	35
60	Lituânia	35
60	Eslovênia	35
59	Coreia do Sul	39
59	São Vicente e Granadinas	39
58	Cabo Verde	41
58	Chipre	41
58	Polônia	41
56	Costa Rica	44
56	República Tcheca	44
56	Geórgia	44
56	Letônia	44
55	Dominica	48
55	Santa Lúcia	48
54	Malta	50
53	Granada	51
53	Itália	51
53	Malásia	51
53	Ruanda	51
53	Arábia Saudita	51
52	Maurício	56
52	Namíbia	56
52	Omã	56
50	Eslováquia	59
48	Cuba	60
48	Grécia	60
48	Jordânia	60
47	Croácia	63
46	São Tomé e Príncipe	64
46	Vanuatu	64
45	Argentina	66
45	Bielorrússia	66
45	Montenegro	66
45	Senegal	66
44	Hungria	70
44	Romênia	70
44	África do Sul	70
44	Suriname	70
43	Bulgária	74
43	Jamaica	74
43	Tunísia	74
42	Armênia	77
42	Bahrein	77
42	Ilhas Salomão	77
41	Benim	80
41	China	80
41	Gana	80
41	Índia	80
41	Marrocos	80
40	Burkina Faso	85
40	Guiana	85
40	Indonésia	85
40	Kuwait	85
40	Lesoto	85
40	Trindade e Tobago	85
39	Sérvia	91
39	Turquia	91
38	Equador	93



38	Sri Lanka	93
38	Timor Leste	93
37	Colômbia	96
37	Etiópia	96
37	Gâmbia	96
37	Tanzânia	96
37	Vietnã	96
36	Bósnia e Herzegovina	101
36	Kosovo	101
36	Panamá	101
36	Peru	101
36	Tailândia	101
35	Albânia	106
35	Argélia	106
35	Brasil	106
35	Costa do Marfim	106
35	Egito	106
35	Macedônia	106
35	Mongólia	106
34	El Salvador	113
34	Cazaquistão	113
34	Nepal	113
34	Filipinas	113

34	Suazilândia	113
34	Zâmbia	113
33	Serra Leoa	119
32	Moldávia	120
32	Níger	120
32	Paquistão	120
31	Bolívia	123
31	Gabão	123
31	Malaui	123
30	Azerbaijão	126
30	Djibouti	126
30	Quirguistão	126
30	Ucrânia	126
29	Guiné	130
29	Laos	130
29	Maldivas	130
29	Mali	130
29	México	130
29	Mianmar	130
29	Togo	130
28	República Dominicana	137
28	Quênia	137
28	Líbano	137

28	Libéria	137
28	Mauritânia	137
28	Papua-Nova Guiné	137
28	Paraguai	137
28	Rússia	137
28	Uganda	137
26	Angola	146
26	Bangladesh	146
26	Guatemala	146
26	Honduras	146
26	Irã	146
26	Moçambique	146
26	Nigéria	146
25	Camarões	153
25	República Centro-Africana	153
25	Comores	153
25	Tadjiquistão	153
25	Uzbequistão	153
24	Madagascar	158
24	Zimbábue	160
23	Eritreia	161
22	Nicarágua	162
20	Camboja	162

20	Chade	162
20	Iraque	165
19	Burundi	165
19	Congo	165
19	Turcomenistão	165
18	República Democrática do Congo	168
18	Guiné-Bissau	168
18	Haiti	168
18	Líbia	168
17	Coreia do Norte	172
16	Afeganistão	173
16	Guiné Equatorial	173
16	Sudão	173
16	Venezuela	173
15	Iêmen	177
13	Síria	178
12	Sudão do Sul	179
9	Somália	180

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Índice de Percepção da Corrupção 2019 revela um número surpreendente de países que mostraram nenhuma ou pouca melhora no combate à corrupção. Nossa análise também sugere que reduzir a influência do dinheiro na política e promover um processo decisório político inclusivo são essenciais para coibir a corrupção.

No último ano, movimentos anticorrupção espalhados pelo mundo todo ganharam impulso, com milhões de pessoas se juntando para se manifestar contra a corrupção presente em seus governos.

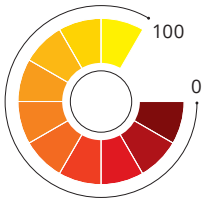
Desde a América Latina, o Norte da África e o Leste Europeu até o Oriente Médio e a Ásia Central, protestos ganharam as manchetes, com cidadãos marchando em Santiago, Praga, Beirute e em diversas outras cidades, para expressar sua frustração nas ruas.

Quer seja por causa de fraudes ocorridas nos mais altos postos de governo, quer seja por pequenos subornos que bloqueiam o acesso a serviços públicos básicos, como saúde e educação, os cidadãos estão cansados de líderes e instituições corruptas. Esse sentimento fomenta uma crescente falta de confiança no governo e acaba por minar a confiança da população nas lideranças políticas, nos representantes eleitos e na democracia.

O atual estado da corrupção em vários países aponta a necessidade de maior integridade política. Para que haja alguma chance de se cercear a corrupção, os governos precisam fortalecer os freios e contrapesos, limitar a influência do dinheiro na política e garantir ampla participação nos processos de tomada de decisão. Políticas e recursos públicos não devem ser determinados pelo poder econômico ou pela influência política, mas sim por consultas íntegras e alocações orçamentárias imparciais.

180 **PAÍSES** AVALIADOS

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) avalia **180 países e territórios** com base nos níveis **percebidos** de corrupção no setor público por especialistas e empresários.



O IPC USA UMA ESCALA DE **0 À 100**

100 significa **muito íntegro** e 0 significa **altamente corrupto**

2/3 DOS PAÍSES TIVERAM PONTUAÇÃO ABAIXO

50/100

A PONTUAÇÃO **MÉDIA** É

43/100

Recomendações

Para acabar com a corrupção e restaurar a confiança na política, é imperativo prevenir a existência de brechas para a corrupção política e fomentar a integridade dos sistemas políticos. A Transparência Internacional recomenda:



ADMINISTRAR CONFLITOS DE INTERESSE

Os governos devem reduzir o risco de influência indevida na formulação de políticas através de um controle mais rígido dos interesses financeiros e de outros tipos por parte do funcionalismo. Os governos devem também resolver o problema de funcionários que saem do setor público para trabalhar no setor privado (e vice-versa), estabelecendo períodos mínimos de afastamento antes de esses ex-funcionários públicos voltarem a trabalhar no estado, e garantindo que as regras sejam cumpridas e sancionadas adequadamente.



CONTROLAR O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

No intuito de prevenir o excesso de dinheiro e influência na política, os governos devem aprimorar e fazer cumprir regras de financiamento de campanhas eleitorais. Os partidos políticos devem também divulgar suas fontes de receita, bens e empréstimos, ao passo que os governos devem empoderar os órgãos de fiscalização com atribuições jurídicas mais robustas e recursos adequados.



FORTALECER A INTEGRIDADE ELEITORAL

Para que a democracia seja eficaz no enfrentamento da corrupção, os governos precisam garantir que as eleições sejam livres e imparciais. Prevenir e criar sanções contra a compra de votos e a desinformação são essenciais para reconstruir a confiança e garantir que os cidadãos possam punir políticos corruptos nas urnas.



REGULAMENTAR O LOBBY

Os governos devem promover acesso aberto e substancial ao processo decisório e consultar uma gama maior de grupos, expandindo a participação para além dos lobistas abastados e poucos interesses privados. As atividades de lobby devem ser de conhecimento público e de fácil acesso.



COMBATER O TRATAMENTO PREFERENCIAL

Os governos devem criar mecanismos para garantir que a oferta de serviços estatais e a alocação de recursos públicos não sejam orientados por conexões pessoais, nem favoreçam grupos de interesses especiais em detrimento do bem comum.



EMPODERAR OS CIDADÃOS

Os governos devem proteger as liberdades civis e os direitos políticos, incluindo a liberdade de opinião, de expressão e de associação. Eles devem também se engajar com a sociedade civil e proteger cidadãos, ativistas, denunciantes e jornalistas em sua tarefa de fiscalizar e denunciar a corrupção.

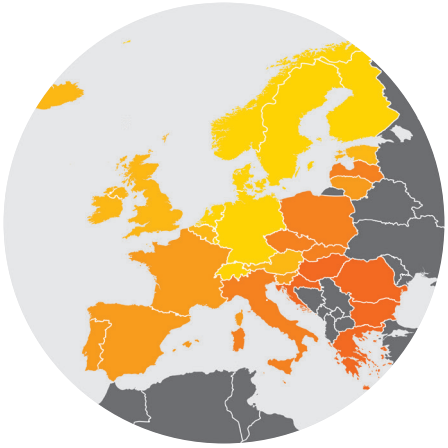


REFORÇAR FREIOS E CONTRAPESOS

Os governos precisam promover a separação dos poderes, fortalecer a independência do Judiciário e preservar o sistema de freios e contrapesos.

DESTAQUES GLOBAIS

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2019 mostra que a corrupção é mais presente em países onde é maior a influência do dinheiro nas campanhas eleitorais e onde os governos dão atenção apenas às vozes de indivíduos ricos e influentes.



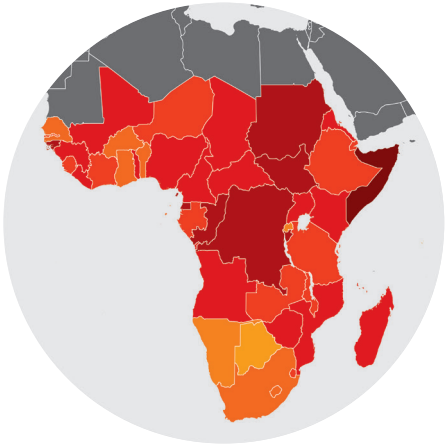
REGIÃO COM A **MAIOR** PONTUAÇÃO

EUROPA OCIDENTAL & UNIÃO EUROPEIA

66/100

PONTUAÇÃO MÉDIA DA REGIÃO

= **DESDE 2018**



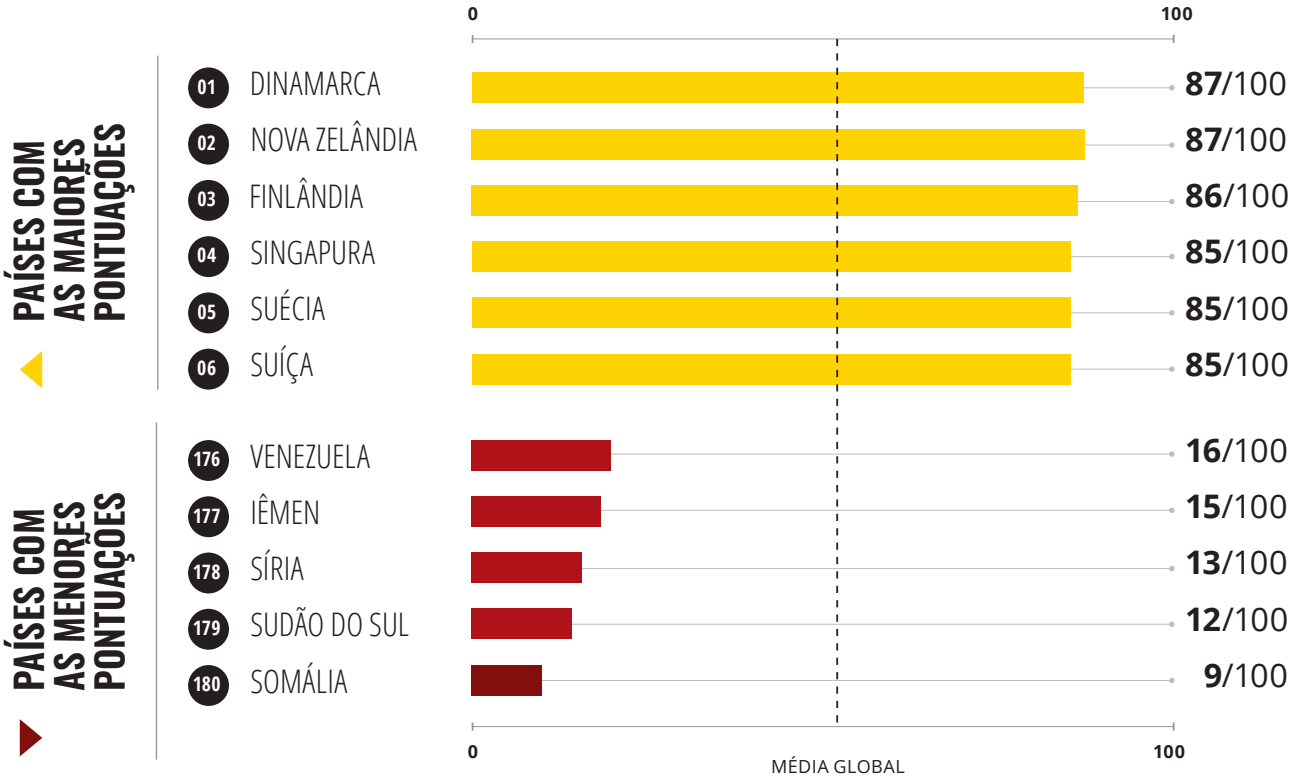
REGIÃO COM A **MENOR** PONTUAÇÃO

ÁFRICA SUBSAARIANA

32/100

PONTUAÇÃO MÉDIA DA REGIÃO

= **DESDE 2018**



O IPC classifica 180 países e territórios com base nos níveis percebidos de corrupção no setor público por especialistas de diversas instituições reconhecidas internacionalmente. Ele usa uma escala de zero a 100, onde zero significa "altamente corrupto" e 100 significa "muito íntegro".

Mais de dois terços dos países tiveram uma pontuação abaixo de 50 no IPC de 2019, com média de apenas 43.

Tal como nos anos anteriores, os dados mostram que, apesar de ter havido algum progresso, a maioria dos países ainda falha no enfrentamento eficiente da corrupção no setor público.

As nações que obtiveram as maiores pontuações foram Nova Zelândia e Dinamarca, cada uma tendo atingido 87 pontos, seguidas por Finlândia (86), Singapura (85), Suécia (85) e Suíça (85).

Os países que registraram as menores notas foram Somália, Sudão do Sul e Síria, com 9, 12 e 13 pontos, respectivamente. Eles são seguidos de perto por Iêmen (15), Venezuela (16), Sudão (16), Guiné Equatorial (16) e Afeganistão (16).

"Os governos precisam urgentemente enfrentar o efeito corruptor do dinheiro no financiamento dos partidos, assim como combater a influência indevida que ele exerce em nossos sistemas políticos."

Delia Ferreira Rubio
Presidente global
Transparência Internacional



Foto: Fórum Econômico Mundial/ Benedikt von Loebell https://flic.kr/p/H4VYaw CC BY-NC-SA 2.0

Nos últimos oito anos, apenas 22 países mostraram melhoria significativa em sua pontuação do IPC, como, por exemplo, a Grécia, a Guiana e a Estônia. No mesmo período, 21 países tiveram significativa queda em suas notas, como o Canadá, a Austrália e a Nicarágua. Nos 137 países restantes, os níveis de corrupção sofreram pouca ou nenhuma alteração.

Desde 2012:

22

PAÍSES QUE **MELHORARAM***

Entre os quais:

- **Grécia (+12)**
- **Guiana (+12)**
- **Estônia (+10)**

21

PAÍSES QUE **PIORARAM***

Entre os quais:

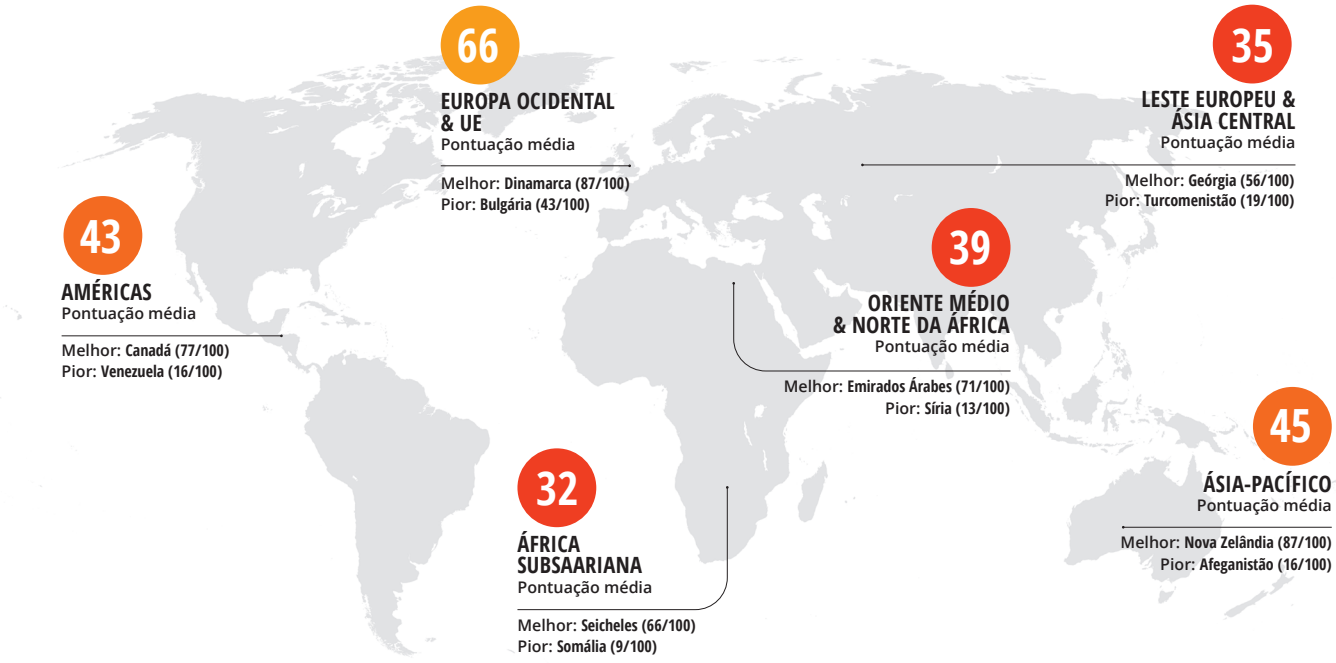
- **Canadá (-7)**
- **Nicarágua (-7)**
- **Austrália (-8)**

OS PAÍSES RESTANTES DEMONSTRARAM POUCO OU NENHUM PROGRESSO NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

* Nesses seis exemplos, houve mudança significativa na pontuação nacional entre 2012 e 2019.

RESULTADOS POR REGIÃO

Pontuações médias regionais, com destaque para os países que tiveram o melhor e o pior desempenho em cada região.



66
EUROPA OCIDENTAL & UE
Pontuação média
Melhor: **Dinamarca (87/100)**
Pior: **Bulgária (43/100)**

35
LESTE EUROPEU & ÁSIA CENTRAL
Pontuação média
Melhor: **Geórgia (56/100)**
Pior: **Turcomenistão (19/100)**

43
AMÉRICAS
Pontuação média
Melhor: **Canadá (77/100)**
Pior: **Venezuela (16/100)**

39
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA
Pontuação média
Melhor: **Emirados Árabes (71/100)**
Pior: **Síria (13/100)**

45
ÁSIA-PACÍFICO
Pontuação média
Melhor: **Nova Zelândia (87/100)**
Pior: **Afeganistão (16/100)**

32
ÁFRICA SUBSAARIANA
Pontuação média
Melhor: **Seicheles (66/100)**
Pior: **Somália (9/100)**

INTEGRIDADE POLÍTICA

Afastar a influência do dinheiro na política é essencial para garantir que o processo decisório político sirva ao interesse público e para minimizar as oportunidades para esquemas de corrupção.

Neste ano, nossa pesquisa deu ênfase à relação entre política, dinheiro e corrupção. Fluxos não-regulados de grande quantidade de dinheiro na política também fazem com que as políticas públicas fiquem vulneráveis a influências indevidas. Países com um cumprimento mais rígido de regulamentos de financiamento de campanhas eleitorais apresentam níveis mais baixos de corrupção, como demonstrou a análise do IPC.

Nações com regras de financiamento de campanha abrangentes e sistematicamente reforçadas têm uma pontuação média de 70 no IPC. Já aquelas onde tal regulação nem existe ou é frágil pontuam, em média, 34 e 35 pontos respectivamente.

Sessenta por cento dos países que melhoraram expressivamente suas notas no IPC desde 2012 também reforçaram o cumprimento das regulações sobre doações de campanha.

Quando os formuladores de políticas dão atenção apenas a indivíduos e grupos ricos e/ou com conexões políticas, eles tendem a fazer isso em detrimento dos cidadãos a quem deveriam servir.

Países com processos de consulta mais amplos e democráticos marcam, em média, 61 pontos no ranking. Em oposição a isso, a nota média do IPC cai para 32 onde há pouca ou nenhuma consulta.

A imensa maioria das nações que teve queda significativa em sua pontuação do IPC desde 2012 não engaja os atores políticos, sociais e empresariais mais relevantes em seus processos decisórios políticos.

Países com pontuações mais baixas no IPC também apresentam alta concentração de poder político entre os cidadãos ricos[1]. De modo geral, há uma preocupante percepção popular de que indivíduos com muito dinheiro compram eleições – e isso se observa tanto em países com as menores notas no IPC quanto em países com pontuação alta, como, por exemplo, os Estados Unidos[2].



"Para haver alguma chance de acabar com a corrupção e melhorar a vida das pessoas, precisamos enfrentar a relação entre a política e o dinheiro. Todos os cidadãos têm de ser representados nos processos decisórios."

Patricia Moreira
Diretora Executiva
Transparência Internacional

Foto: Transparência Internacional CC BY 4.0 DE

TRANSPARÊNCIA NO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

Maior transparência nas doações de campanha está atrelada a menores níveis de corrupção. Cada ponto representa a pontuação de um país no IPC 2019 e os círculos representam a pontuação média no IPC em comparação com a força da regulação que promove a transparência de tais informações[3].



VARIEDADES DA DEMOCRACIA (V-DEM) 2019 "DIVULGAÇÃO DE DOAÇÕES DE CAMPANHA"

BÓSNIA E HERZEGOVINA

36 ▼

Com 36 pontos, a Bósnia e Herzegovina teve significativo declínio, de seis pontos, no IPC desde 2012. O país também sofre porque pouco se cumprem as regras de financiamento de campanhas eleitorais. Durante as eleições de 2018, partidos políticos e organizações da sociedade civil demonstraram preocupação com irregularidades, ameaças a eleitores, uso indevido de recursos públicos e acesso desigual à mídia[4].

COREIA DO SUL

59 ▲

Com 59 pontos, a Coreia do Sul teve uma melhora significativa, de seis pontos, no IPC desde 2016. Embora boa parte do financiamento venha de doações privadas, as doações de campanha são bem reguladas e as normas são cumpridas com rigidez[5]. Vários representantes eleitos e parlamentares perderam seus cargos ou postos por causa de violações desses regulamentos.

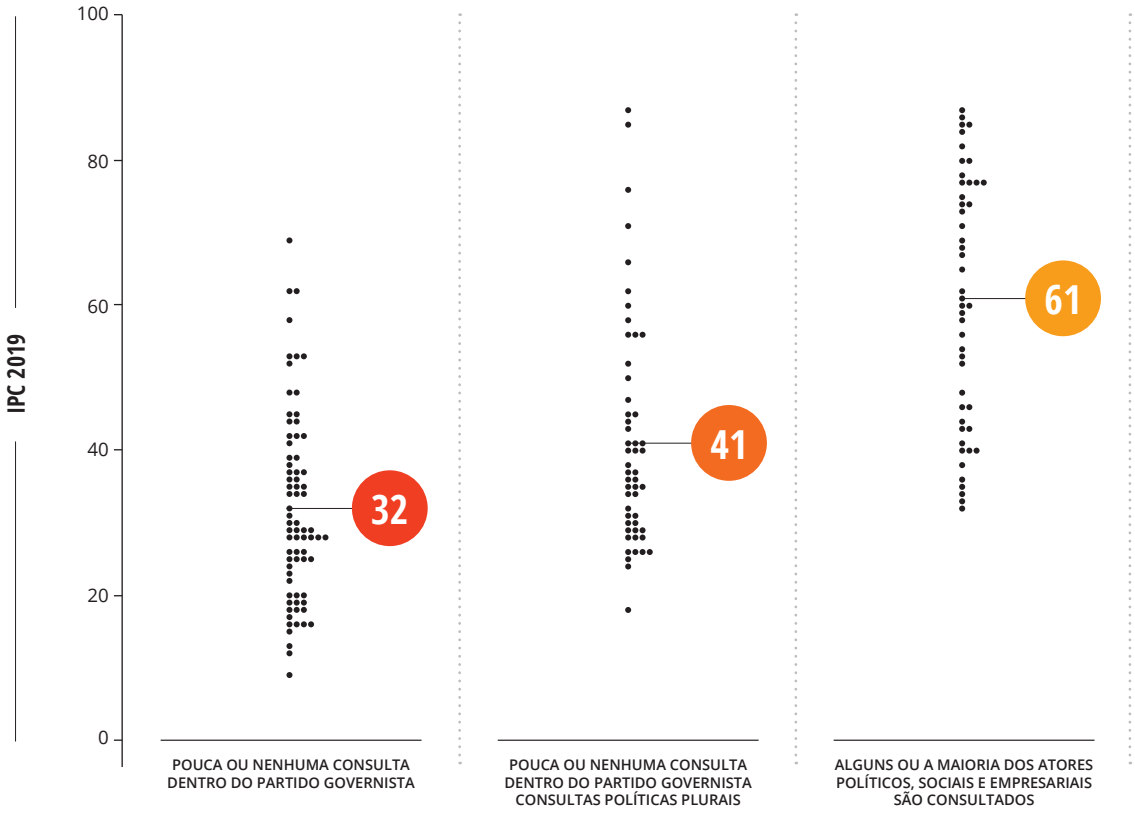
COSTA DO MARFIM

35 ▲

Em 2019, a Costa do Marfim alcançou 35 pontos no IPC, com aumento significativo de seis pontos desde 2012. As regras de financiamento de campanhas são parcialmente cumpridas no país. Desde 2010, houve poucas reclamações sobre irregularidades nas eleições. Observadores internacionais avaliaram que as eleições são inclusivas e transparentes, desde o processo de registro dos candidatos até a contagem dos votos[6].

PROCESSO DECISÓRIO POLÍTICO

Uma ampla consulta pública nos processos decisórios da política está atrelada a níveis mais baixos de corrupção. Cada ponto representa a pontuação de um país no IPC 2019 e os círculos representam a pontuação média no IPC em comparação com a abrangência das consultas públicas[7].



VARIEDADES DA DEMOCRACIA (V-DEM) 2019 "ABRANGÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA"

NICARÁGUA

22 ▼

Com pontuação de 22, a Nicarágua teve queda significativa (7 pontos) no IPC desde 2012. No país, há pouca ou nenhuma consulta pública junto a grupos políticos, sociais e empresariais a respeito de decisões políticas. A sociedade civil e os partidos de oposição são sistematicamente excluídos do processo de formulação de políticas, enquanto grupos que criticam o governo operam em um ambiente cada vez mais restritivo[8].

EQUADOR

38 ▲

Desde 2016, o Equador teve melhora expressiva no IPC, de seis pontos, alcançando 38 pontos no ranking de 2019. Nos últimos dois anos, o governo reduziu algumas restrições impostas à sociedade civil. Apesar das mudanças positivas, o governo ainda exerce um poder regulatório excessivo sobre ONGs e ainda não se sabe como vai reagir aos protestos que vêm acontecendo no país[9].

TURQUIA

35 ▼

No IPC deste ano, a Turquia alcançou 35 pontos – o que significa um forte recuo de 10 pontos desde 2012. Há pouco espaço para processos decisórios apoiados em consultas públicas no país. Recentemente, o governo tem reprimido ONGs, fechando pelo menos 1.500 fundações e associações e confiscando seus bens, enquanto continua a atacar, prender e perseguir líderes da sociedade civil[10].

AMÉRICAS

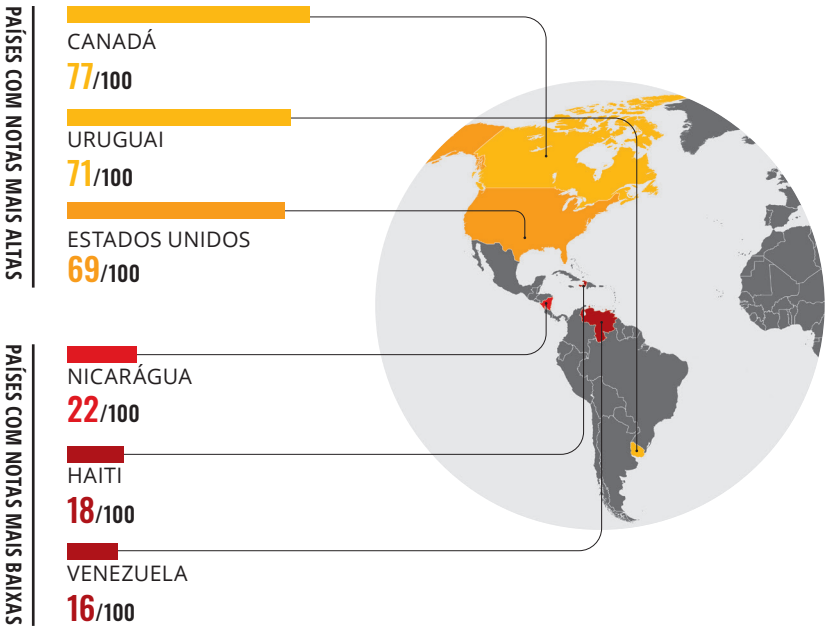
Com pontuação média de 43 pelo quarto ano consecutivo, a região das Américas falha ao não conseguir progredir significativamente na luta contra a corrupção.

32

PAÍSES **AVALIADOS**

43/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Embora o Canadá geralmente apresente um bom desempenho, tendo alcançado 77 pontos de um total de 100, o país teve uma queda de quatro pontos em relação ao ano passado, e de sete pontos desde 2012. Em último lugar no ranking regional do IPC está a Venezuela, com 16 pontos, o que também a posiciona entre os cinco últimos colocados no ranking global.

As Américas enfrentam desafios consideráveis, advindos de líderes políticos que agem em função de seus próprios interesses e em detrimento dos cidadãos aos quais deveriam servir. Mais especificamente, o financiamento de partidos políticos e a integridade eleitoral são grandes desafios para a região.

Por exemplo, a Operação Lava Jato[11] – que expôs esquemas de corrupção em pelo menos dez países latino-americanos – revela uma forte expansão de contribuições políticas ou doações ilegais como parte de um dos maiores escândalos de corrupção da história[12].

A Odebrecht – a gigante brasileira da construção civil que está no centro dos escândalos – foi condenada na justiça por ter pago US$ 1 bilhão em propinas ao longo dos últimos 15 anos, inclusive para lideranças políticas do Brasil, Peru, Argentina, entre outros países, durante eleições.

Com 22 e 29 pontos, respectivamente, Nicarágua e México registraram quedas consideráveis no IPC desde 2012. Embora o último *Barômetro Global da Corrupção - América Latina e Caribe*[13] destaque a compra de votos e outros problemas ligados à corrupção no México, uma reforma anticorrupção recente, junto com uma nova e mais autônoma Procuradoria-Geral, são mudanças positivas[14]. Na Nicarágua, crescem as inquietações sociais e as violações dos direitos humanos[15]. Há também grande deficiência de serviços públicos e de processos decisórios consultivos no país.

Com 40 pontos, a Guiana apresentou acentuada melhoria no IPC desde 2012[16]. Embora ainda haja muito trabalho a ser feito, o governo vem demonstrando vontade política para responsabilizar ex-políticos pelo uso indevido de recursos estatais.

PAÍSES A SE OBSERVAR

Estados Unidos (EUA)

Com uma pontuação de 69, os Estados Unidos caíram dois pontos desde o ano passado, atingindo sua pior marca no IPC em oito anos. Tudo isso ocorre em um momento em que a confiança dos americanos no governo encontra-se no mínimo histórico de 17 por cento[17], de acordo com o Pew Research Center.

Os EUA enfrentam um amplo leque de desafios, desde ameaças a seu sistema de freios e contrapesos[18], passando pela influência cada vez maior de interesses privados sobre o governo[19], até o uso de empresas de fachada por criminosos comuns, corruptos e até terroristas, com o objetivo de esconder atividades ilícitas[20].

Ainda que o presidente Donald Trump tenha se candidatado com a promessa de eliminar a corrupção e fazer o governo trabalhar para mais pessoas do que apenas os infiltrados de Washington e as elites políticas, uma série de escândalos, pedidos de demissão e alegações de comportamento antiético sugere que a cultura da propina apenas se tornou mais arraigada[21]. Em dezembro de 2019, a Câmara dos Deputados dos EUA aprovou o impeachment do presidente Trump por abuso de poder e obstrução do Congresso[22].

Uma informação vinda de um denunciante foi o estopim do processo de impeachment, servindo como importante alerta para a necessidade de se proteger e ampliar o ambiente jurídico e cotidiano que deve ser reservado aos denunciantes, de modo a evitar a vergonha e a culpa que muitas vezes resultam da revelação de suas identidades[23].



Foto: Michael Fleshman https://flic.kr/p/eJrGgh CC BY-NC 2.0

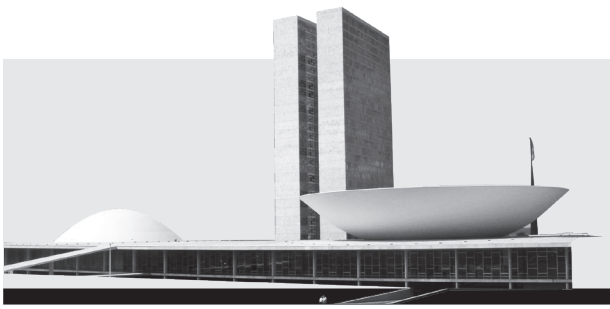
Brasil

A corrupção ainda é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social no Brasil. Com 35 pontos, o país segue estagnado, com sua menor pontuação no IPC desde 2012.

Após as eleições de 2018, que foram profundamente influenciadas por acentuada narrativa anticorrupção por parte de diversos candidatos, o Brasil passou por uma série de retrocessos em seu arcabouço legal e institucional anticorrupção[24]. O país também enfrentou dificuldades no avanço de reformas abrangentes em seu sistema político.

Tais retrocessos incluem, entre outros, uma liminar do Supremo Tribunal Federal que praticamente paralisou o sistema de combate à lavagem de dinheiro do país[25] e um inquérito ilegal que secretamente buscava constranger agentes da lei[26].

Dentre os desafios atuais, há a crescente interferência política do presidente Bolsonaro nos chamados órgãos de controle e a aprovação de legislação que ameaça a independência dos agentes da lei e a accountability dos partidos políticos.



Os avanços na agenda anticorrupção do Brasil estão sob risco e a crescente impunidade ameaça enfraquecer a democracia e desestabilizar o país.

Foto: Mario Roberto Duran Ortiz/Wikimedia Commons

ÁSIA-PACÍFICO

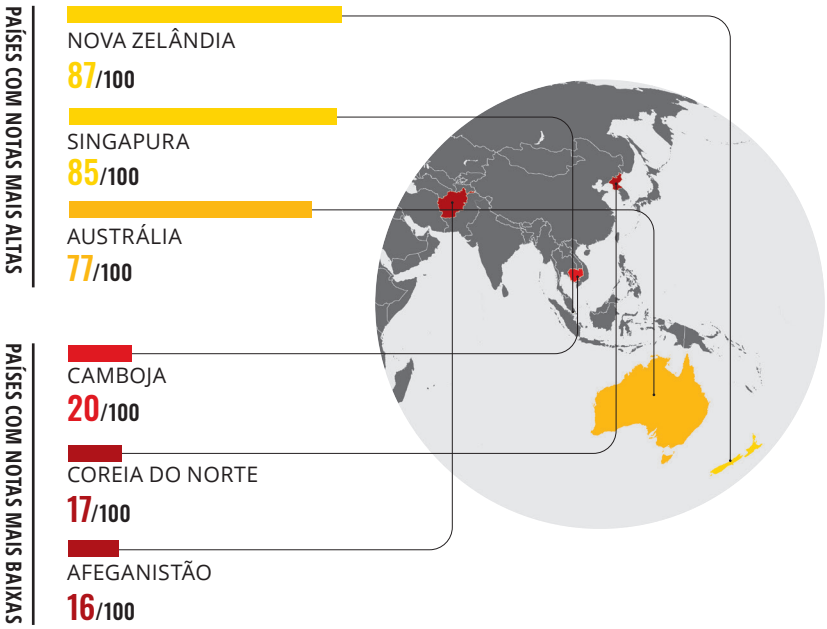
Após vários anos seguidos com um IPC médio de 44 pontos, a média regional de 45 pontos do atual levantamento ilustra um cenário de estagnação geral por toda a região da Ásia-Pacífico.

31

PAÍSES **AVALIADOS**

45/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Apesar da presença de países com alto desempenho no IPC, como Nova Zelândia (87), Singapura (85), Austrália (77), Hong Kong (76) e Japão (73), a região não apresentou melhora substancial nem nos esforços, nem nos resultados anticorrupção. Além disso, nações com desempenho mais fraco, como Afeganistão (16), Coreia do Norte (17) e Camboja (20) continuam a destacar os graves desafios da região.

Embora seja vista como um dos motores da economia global, a Ásia-Pacífico apresenta um desempenho apenas ligeiramente melhor que a média global no tocante a integridade e governança política. Muitos países veem a abertura econômica como a via do progresso. Porém, alguns governos da região, como China, Camboja e Vietnã, continuam restringindo a participação popular na vida pública, silenciando críticos e mantendo o processo decisório longe da avaliação pública[27].

Diante desses problemas, não é surpresa que potências econômicas vibrantes como China (41), Indonésia (40), Vietnã (37), Filipinas (34) e outros continuem com dificuldades em combater corrupção.

Até em democracias como a Austrália[28] e a Índia[29], o financiamento político obscuro e desonesto, aliado a influências indevidas sobre o processo decisório e o lobby de poderosos grupos de interesses corporativos, resulta na estagnação ou no declínio do controle da corrupção.

PAÍSES A SE OBSERVAR

Indonésia

Com 40 pontos no IPC, a Indonésia subiu dois pontos em relação ao levantamento anterior. Trata-se de uma economia emergente promissora que ainda convive com repressão da sociedade civil e instituições de controle enfraquecidas. A independência e a efetividade da comissão anticorrupção da Indonésia, a KPK, tem sido minada pelo governo[30].

A Komisi Pemberantasan Korupsi (KPK) é vista como um símbolo de progresso e modernização, mas vem passando por um processo de perda de autonomia e poder. De modo paradoxal, isso contradiz as aspirações do governo e a própria pauta do presidente Joko Widodo, que prioriza investimentos estrangeiros e uma economia em expansão[31]. Com os holofotes voltados a problemas relativos à corrupção, a Indonésia corre o risco de espantar os investidores e desacelerar o progresso econômico.



A reeleição do presidente Joko Widodo foi um retrocesso para a integridade política que surpreendeu muitos, enfraquecendo o impressionante renascimento dos esforços anticorrupção e do espírito democrático que o país vinha experimentando nos últimos anos[32].

Foto: Adek Berry/AFP

Papua-Nova Guiné

Com 28 pontos, a Papua-Nova Guiné segue estagnada no IPC. Contudo, apesar de anos com um mal desempenho no IPC, mudanças recentes no combate à corrupção são animadoras.

Após o afastamento do primeiro-ministro Peter O'Neill, que no momento está sendo investigado por corrupção, o governo instituiu mudanças estruturais e introduziu nova legislação para estabelecer uma Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC, na sigla em inglês). Somadas, essas pequenas melhorias dão aos cidadãos um motivo para ficarem otimistas.

Sob a liderança do atual primeiro-ministro, James Marape, o governo deve fazer valer seus compromissos anteriores, bem como sua estratégia anticorrupção de 20 anos, estabelecida em 2012, e trabalhar para punir casos de suborno, fraude, conflitos de interesse, nepotismo e outros atos de corrupção.



Ainda é necessário maior progresso para se alcançar mudanças reais na Papua-Nova Guiné e as organizações da sociedade civil precisam continuar vigilantes em seu monitoramento das atividades do governo.

Foto: David Gray/Reuters

LESTE EUROPEU & ÁSIA CENTRAL

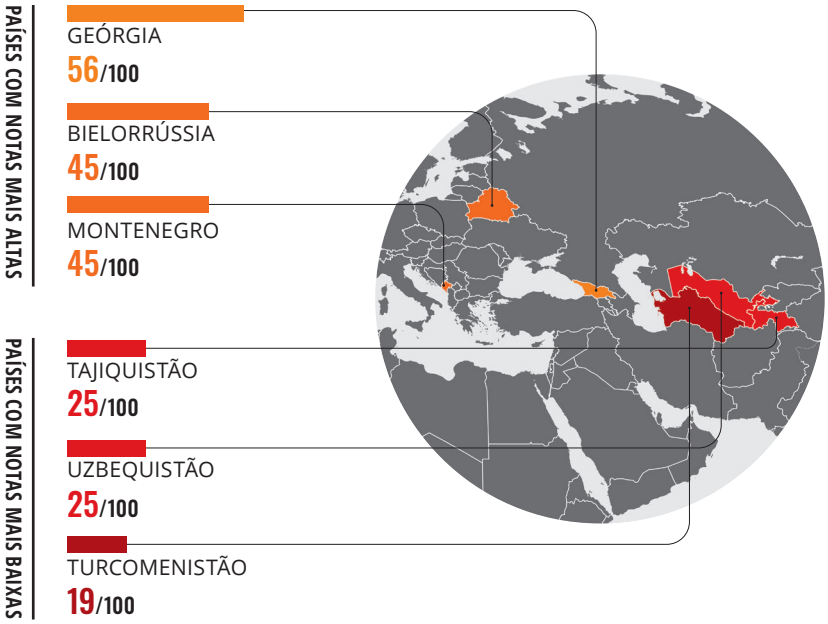
A região do Leste Europeu e Ásia Central tem o segundo pior desempenho no IPC, com uma pontuação média de 35.

19

PAÍSES **AVALIADOS**

35/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Por toda a região, os países apresentam limitada separação de poderes, uso indevido de recursos estatais para fins eleitorais, financiamento partidário obscuro e conflitos de interesse[33] [34].

Apenas três países tiveram uma pontuação acima da média global: Geórgia (56), Bielorrússia (45) e Montenegro (45). Nas últimas colocações da região encontram-se Turcomenistão (19), Uzbequistão (25) e Tajiquistão (25).

Forte influência política sobre as instituições de supervisão, independência judicial insuficiente e uma liberdade de imprensa limitada concorrem para uma superconcentração de poder por toda a região.

Embora aspirem entrar na União Europeia, a pontuação de seis países dos Bálcãs Ocidentais e da Turquia não melhoraram.

A Turquia (39) registrou uma queda significativa, de 10 pontos, desde 2012, enquanto Bósnia e Herzegovina (36) perdeu seis pontos no mesmo período. A falta de vontade política e o declínio na implementação de leis e regulamentos são verdadeiros desafios.

Já Bielorrússia (45), Quirguistão (30) e Uzbequistão (25) avançaram na série histórica do IPC. Contudo, essas três ex-repúblicas soviéticas ainda sofrem com aparelhamento estatal e dificuldades para preservar seus sistemas de freios e contrapesos.

Se, por um lado, o Uzbequistão relaxou algumas restrições impostas à mídia; por outro, o país ainda possui um dos regimes mais autoritários do mundo[35].

O aparelhamento do estado e a concentração de poder em mãos privadas representam um enorme obstáculo na região. A corrupção só pode ser enfrentada de modo efetivo se os líderes políticos priorizarem os interesses públicos e se tornarem exemplos de transparência.

PAÍSES A SE OBSERVAR

Armênia

A Armênia, com pontuação de 42, subiu sete pontos desde o ano passado. Após a revolução de 2018 e a formação de um novo parlamento, o país vem apresentando mudanças promissoras no avanço de reformas anticorrupção[36].

Apesar dessas melhorias, conflitos de interesse e operações públicas não-transparentes e sem accountability ainda são um impedimento para se acabar com a corrupção no país[37].

Embora o desenvolvimento da integridade política leve tempo e demande recursos, uma crescente confiança no cumprimento da lei e no judiciário são os primeiros passos para garantir um sistema adequado de freios e contrapesos e aperfeiçoar os esforços anticorrupção[38].

Na Armênia, vontade política e implementação de políticas anticorrupção são importantes, mas a mudança fundamental e urgente da cultura política é crucial.

Foto: Amnat Phuthamrong/shutterstock.com



Kosovo

Somando 36 pontos, o Kosovo está passando por uma troca no poder parlamentar que pode ser uma oportunidade para a mudança. Depois de anos criticando o governo e a comunidade internacional no Kosovo por não conseguirem enfrentar o problema da corrupção[39], o partido da Autodeterminação (Vetevendosje), que recentemente obteve maioria dos assentos no parlamento, possui agora uma chance de mostrar seu compromisso com o combate deste problema social[40].

Durante a campanha eleitoral, o partido foi um dos poucos a atender a pedidos para divulgação dos custos de campanha.

No entanto, ainda resta ver se o novo governo vai estar à altura de um padrão mais alto de integridade política. Formas de se conseguir isso seriam o abandono da prática de se fazer nomeações políticas para empresas estatais e o estabelecimento de obrigações legais rígidas para divulgação das informações financeiras dos partidos políticos.



No Kosovo, o novo parlamento tem a oportunidade de corrigir as falhas do governo anterior e priorizar os esforços anticorrupção.

Foto: Albinfo/Wikimedia Commons

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

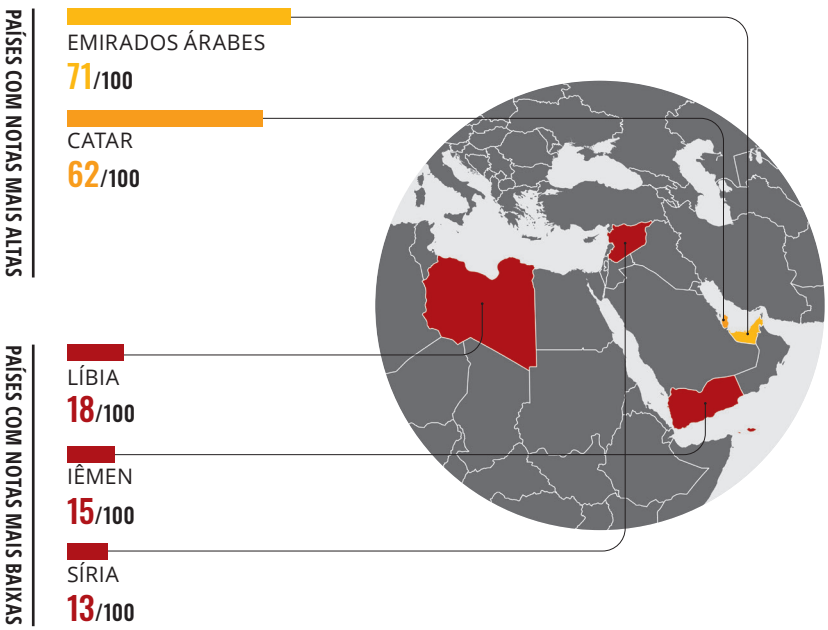
Com a mesma pontuação média de 39 do ranking anterior, a região do Oriente Médio e Norte da África mostrou pouco progresso no aprimoramento do controle da corrupção.

18

PAÍSES **AVALIADOS**

39/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Com 71 pontos, os Emirados Árabes têm o melhor desempenho da região, seguidos pelo Catar (62). Na última colocação vem a Síria, com 13 pontos, seguida pelo Iêmen, com 15. Ambos os países tiveram quedas consideráveis no IPC, com o Iêmen caindo oito pontos desde 2012 e a Síria, 13 pontos no mesmo período.

A região enfrenta sérios desafios relativos à corrupção que evidenciam falta de integridade política. De acordo com o nosso recente Barômetro Global da Corrupção - Oriente Médio e Norte da África, aproximadamente uma a cada duas pessoas no Líbano recebe ofertas de compra de votos, ao passo que mais de uma pessoa a cada quatro sofre ameaça caso não vote de determinada forma[41].

Numa região onde eleições justas e democráticas são exceção, o aparelhamento do estado é algo comum. Indivíduos poderosos têm o costume de desviar verbas públicas para si em detrimento da população geral. A separação dos poderes constitui outro desafio: um Judiciário independente com o potencial de agir como um contrapeso ao Poder Executivo é raro ou inexistente[42].

Para aumentar a confiança dos cidadãos no governo, as nações da região precisam criar instituições transparentes e monitoráveis e tomar ações legais contra condutas inidôneas. Precisam também promover eleições livres e imparciais, abrindo espaço para o engajamento e a participação dos cidadãos no processo decisório

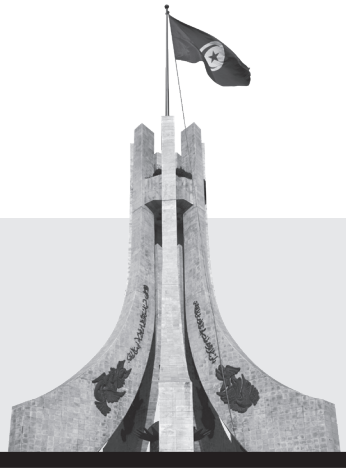
PAÍSES A SE OBSERVAR

Tunísia

Com 43 pontos, a Tunísia está estagnada no IPC apesar dos avanços na legislação anticorrupção dos últimos cinco anos. Leis recentes que conferem proteção a denunciantes e melhoram o acesso à informação, somadas a um accountability mais forte e maior espaço para a sociedade civil, são passos importantes, mas não são suficientes.

Para que as leis anticorrupção sejam efetivas, são necessários decretos e ordens de implementação vindos do Poder Executivo. Além disso, recursos financeiros e humanos são essenciais para o fortalecimento da comissão anticorrupção do país, assim como para ampliar sua independência.

Até agora, poucos líderes políticos foram processados por corrupção[43] e a recuperação de ativos é lenta[44]. Um judiciário independente constitui outro grande desafio. Embora o recente estabelecimento de um conselho judiciário seja animador, ele ainda não está totalmente em operação e não possui independência completa do legislativo[45].



Na Tunísia, a fraqueza no cumprimento das leis e regulamentações é um grande desafio. Sem mecanismos de implementação adequados e decretos administrativos, as leis continuarão ineficazes.

Foto: ColorMaker/Shutterstock.com

Arábia Saudita

Com uma pontuação de 53, a Arábia Saudita subiu quatro pontos desde o ano passado. Contudo, essa pontuação não reflete a miríade de problemas do país, que incluem um histórico deplorável de desrespeito aos direitos humanos e restrições severas impostas a jornalistas, ativistas políticos e outros cidadãos.

Em 2017, o príncipe herdeiro saudita, Mohammad Bin Salman, conduziu um expurgo "anticorrupção" como parte de suas reformas no país. Apesar das alegações feitas pelo governo de haver recuperado US$ 106 bilhões em recursos desviados[46], não houve o devido processo legal e investigações transparentes, nem julgamentos imparciais[47].

Em 2020, a Arábia Saudita assumirá a presidência do G20. Ao tomar para si esse papel de liderança, o país precisa dar um fim à repressão das liberdades civis e fortalecer mais contrapesos ao Poder Executivo para fomentar a transparência e o accountability.



As reformas sociais e econômicas que ajudaram a trazer melhorias ao ambiente de negócios da Arábia Saudita e a atrair investimentos estrangeiros vieram com um custo muito grande para os direitos humanos.

Foto: Faisal Nasser/Reuters

ÁFRICA SUBSAARIANA

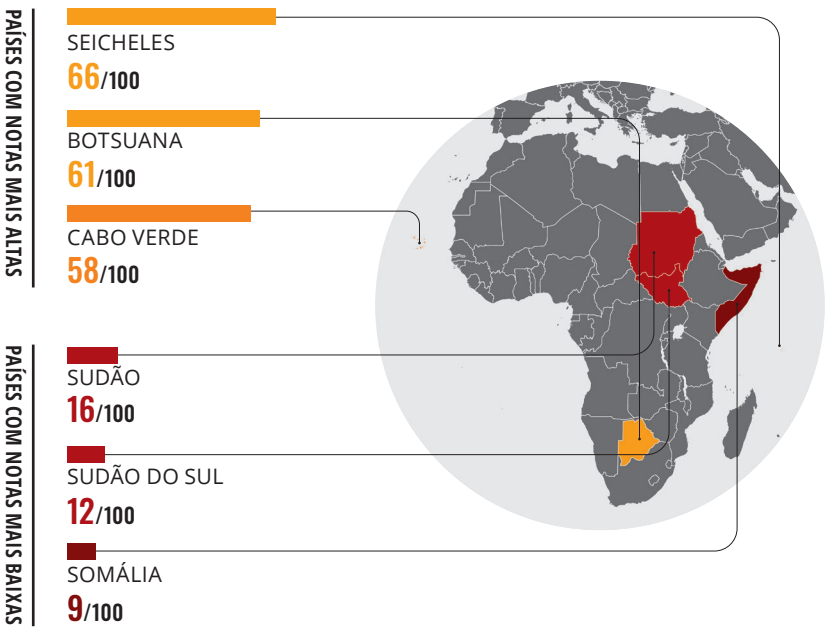
Com a menor pontuação do IPC, com uma média de apenas 32, o desempenho da África Subsaariana retrata um cenário desalentador de inação face à corrupção.

49

PAÍSES **AVALIADOS**

32/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Com 66 pontos, as Seicheles obtiveram a maior pontuação da região, seguida por Botsuana (61), Cabo Verde (58), Ruanda (53) e Ilhas Maurício (52). Nas últimas colocações estão Somália (9), Sudão do Sul (12), Sudão (16) e Guiné Equatorial (16).

Embora venham apresentando melhoras consideráveis desde 2012, Costa do Marfim (35) e Senegal (45) ainda têm muito trabalho pela frente. A vontade política demonstrada pelos líderes de ambos esses países – que efetuaram diversas reformas legais, políticas e institucionais em seus primeiros dias de mandato – vem recuando desde 2016.

Vários países, incluindo Congo (19), Libéria (28), Madagascar (24) e Malauí (31), tiveram um declínio significativo na série histórica do IPC. Diversos relatórios têm sido publicados sobre lavagem de dinheiro e desvio de verbas públicas por parte da elite política do Congo[48], sem que tenha havido qualquer tipo de ação por parte das autoridades nacionais[49].

Em Madagascar, apesar de uma decisão da corte constitucional em 2018 ter ido contra emendas eleitorais que favoreceriam o presidente em exercício, julgando-as inconstitucionais, a independência do Judiciário ainda é uma preocupação[50]. Em tempos mais recentes, a agência anticorrupção do país começou a tomar ações legais contra mais de metade dos parlamentares que foi acusada de receber propinas[51].

O dinheiro é usado para vencer eleições, consolidar poder e promover interesses pessoais. Embora a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção possua dispositivos para prevenir a corrupção e incentivar a transparência no financiamento de campanhas eleitorais, sua implementação é fraca.

PAÍSES A SE OBSERVAR

Angola

Depois de quatro décadas de ditadura militar, Angola (26) subiu sete pontos no IPC de 2019 – o que faz do país um dos destaques dentre os que melhoraram seu desempenho. No entanto, dada a sua pontuação geral baixa, ele ainda se encontra bem abaixo da média global de 43 pontos.

Isabel dos Santos, filha de um ex-presidente, também conhecida como "a mulher mais rica da África", foi demitida de seu cargo na estatal de óleo e gás do país, a Sonangol, meses após a eleição do presidente João Lourenço. Em dezembro de 2019, com o avanço das investigações das alegações de corrupção, uma corte angolana ordenou o congelamento dos bens de Dos Santos[54].

Embora o país tenha recuperado US$ 5 bilhões em bens desviados, ainda é preciso fazer mais para desenvolver a integridade e promover a transparência no accountability das receitas de petróleo[55].



Após uma mudança de regime em 2017, o governo angolano introduziu um conjunto de reformas de governança para combater a corrupção.

Foto: Stephen Eisenhammer/Reuters

Gana

Conhecida como um bastião da democracia na África Ocidental, Gana caiu sete pontos no IPC desde 2014, de 48 pontos naquele ano para 41 em 2019. Revelações de casos de propina na suprema corte de Gana em 2015[56] e o assassinato do jornalista investigativo Ahmed Hussein-Suale no início de 2019[57] trazem sérias dúvidas sobre os esforços anticorrupção do país.

Apesar desses acontecimentos, ainda há esperança de que pode haver mudança. Em 2017, foi estabelecida a Promotoria Especial, que tem o poder de investigar e tomar ação legal em casos de corrupção. Em 2019, uma lei de acesso à informação foi aprovada. Esses esforços, combinados com a melhoria do desempenho da Auditoria-Geral do país, trazem esperança de avanços para o país.



Por causa dos escândalos recentes, há a expectativa de que a corrupção seja tema central nos debates eleitorais de 2020.

Foto: demerzel21/iStockphoto.com

EUROPA OCIDENTAL & UNIÃO EUROPEIA

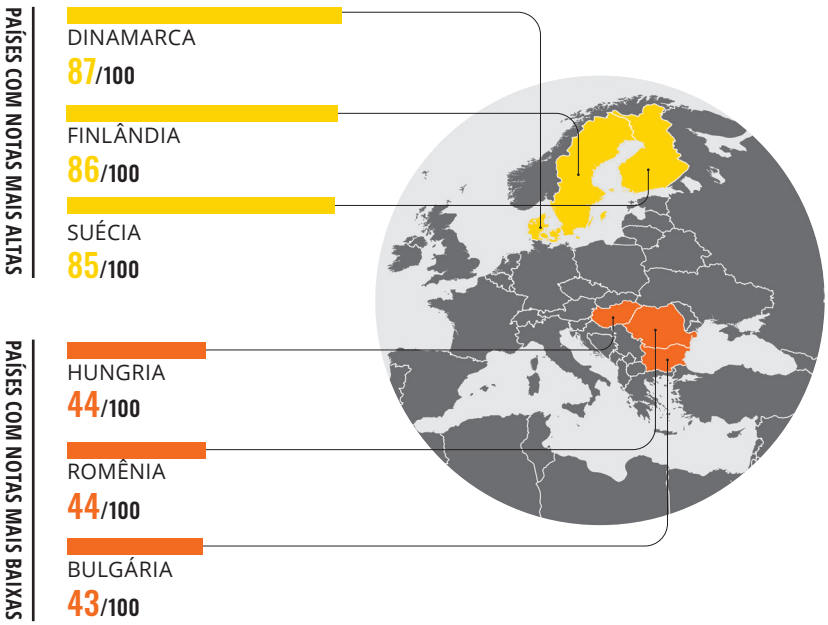
Dos 20 países com maior pontuação no IPC de 2019, 14 são da Europa Ocidental e União Europeia (UE) – dos quais nove são da UE individualmente.

31

PAÍSES **AVALIADOS**

66/100

PONTUAÇÃO MÉDIA **REGIONAL**



Apesar de ser a região que apresentou melhor desempenho no IPC, com pontuação média de 66 pontos ante um total de 100, a Europa Ocidental e UE não são imunes à corrupção.

Com 87 pontos, a Dinamarca teve a maior nota da região, seguida por Finlândia (86), Suécia (85) e Suíça (85). Nas últimas colocações da região se encontram Bulgária (43), Romênia (44) e Hungria (44).

Com uma pontuação de 53, a Itália subiu 11 pontos desde 2012, enquanto a Grécia (48) registrou acréscimo de 12 pontos no mesmo período. Ambos passaram por aprimoramentos concretos, incluindo um avanço legislativo na Itália, com a aprovação de leis anticorrupção[58], e a criação de agências anticorrupção[59] nos dois países.

A maioria dos membros da UE que eram estados comunistas tem tido dificuldade para enfrentar a corrupção de forma efetiva. Vários países, incluindo Hungria, Polônia e Romênia, deram passos para minar a independência judicial, o que prejudica sua habilidade de processar casos de corrupção nos altos escalões[60].

Na República Tcheca (56), escândalos recentes envolvendo o primeiro ministro e seus esforços para obter dinheiro público para sua empresa através de subsídios da UE evidenciam uma espantosa falta de integridade política[61]. Os escândalos também apontam para um nível insuficiente de transparência no financiamento de campanhas eleitorais.

Problemas de conflitos de interesse, uso indevido de recursos estatais para fins eleitorais, divulgação insuficiente de dados financeiros de campanhas e partidos políticos, e a ausência de mídia independente são predominantes e devem receber atenção prioritária tanto do governo nacional quanto da UE.

PAÍSES A SE OBSERVAR

Malta

Com uma pontuação de 54, Malta apresentou queda considerável no IPC, com menos seis pontos desde 2015. Tendo em vista o "par de máquinas políticas que [por décadas] tem operado com impunidade na ilha"[62], não surpreende que – dois anos após o assassinato da jornalista Daphne Caruana Galizia, morta enquanto reportava sobre a corrupção – o país ainda esteja atolado em corrupção.

Ignorando o clamor dos cidadãos malteses, da família de Caruana Galizia e da comunidade internacional para que o caso fosse solucionado, o governo fez corpo mole nos processos judiciais. Diversos escândalos envolvendo os Panama Papers, o colapso de um banco maltês e o esquema dos "vistos de ouro" – os quais vendem a cidadania maltesa a investidores estrangeiros ricos – podem ter contribuído para o declínio do país no IPC.

Em Malta, a corrupção está minando o estado de direito. Um déficit considerável de integridade política contribui para um cenário no qual políticos e outras pessoas escondem fortunas ilícitas atrás de empresas secretas.

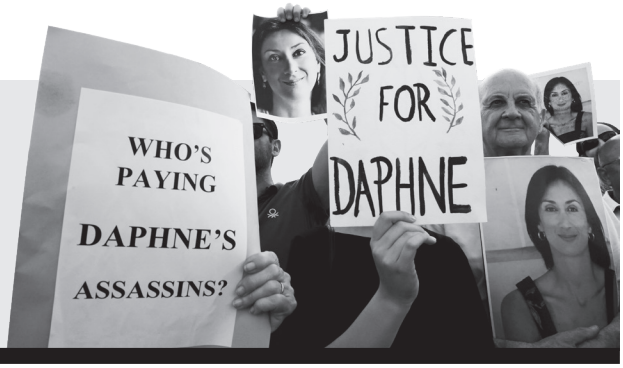


Foto: Darrin Zammit Lupi/Reuters

Estônia

Ao longo da última década, a Estônia (74) ascendeu de maneira estável no IPC. Com uma melhora considerável, o país subiu 10 pontos desde 2012. Um arcabouço legislativo completo, instituições independentes e ferramentas online eficientes fazem com que a redução da pequena corrupção se torne possível, além permitir que o financiamento dos partidos políticos seja aberto e transparente. É necessário, porém, definir legalmente e regular o lobby para prevenir e detectar influências indevidas na formulação de políticas.

Embora a corrupção do setor privado não esteja no escopo do IPC, escândalos recentes de lavagem de dinheiro envolvendo a filial estoniana do Danske Bank demonstram uma necessidade cada vez maior de integridade e accountability nos setores bancários e de negócios[63]. O escândalo também põe em destaque a necessidade de uma supervisão antilavagem de dinheiro melhor e mais forte em toda a UE[64].



As instituições públicas da Estônia são, em larga medida, caracterizadas por altos níveis de integridade e transparência.

Foto: Kollawat Somsri/shutterstock.com

PROBLEMAS NO TOPO DO RANKING

Nações com as pontuações mais altas no IPC, como Dinamarca, Suíça e Islândia, não são imunes à corrupção. Embora o ranking mostre que possuem alguns dos setores públicos mais íntegros do mundo, a corrupção ainda existe, particularmente nos casos de lavagem de dinheiro e outros tipos de corrupção privada.

Os países nórdicos se destacam por liderarem o IPC, com Dinamarca (87), Finlândia (86), Suécia (85), Noruega (84) e Islândia (78) ocupando cinco das primeiras onze colocações.

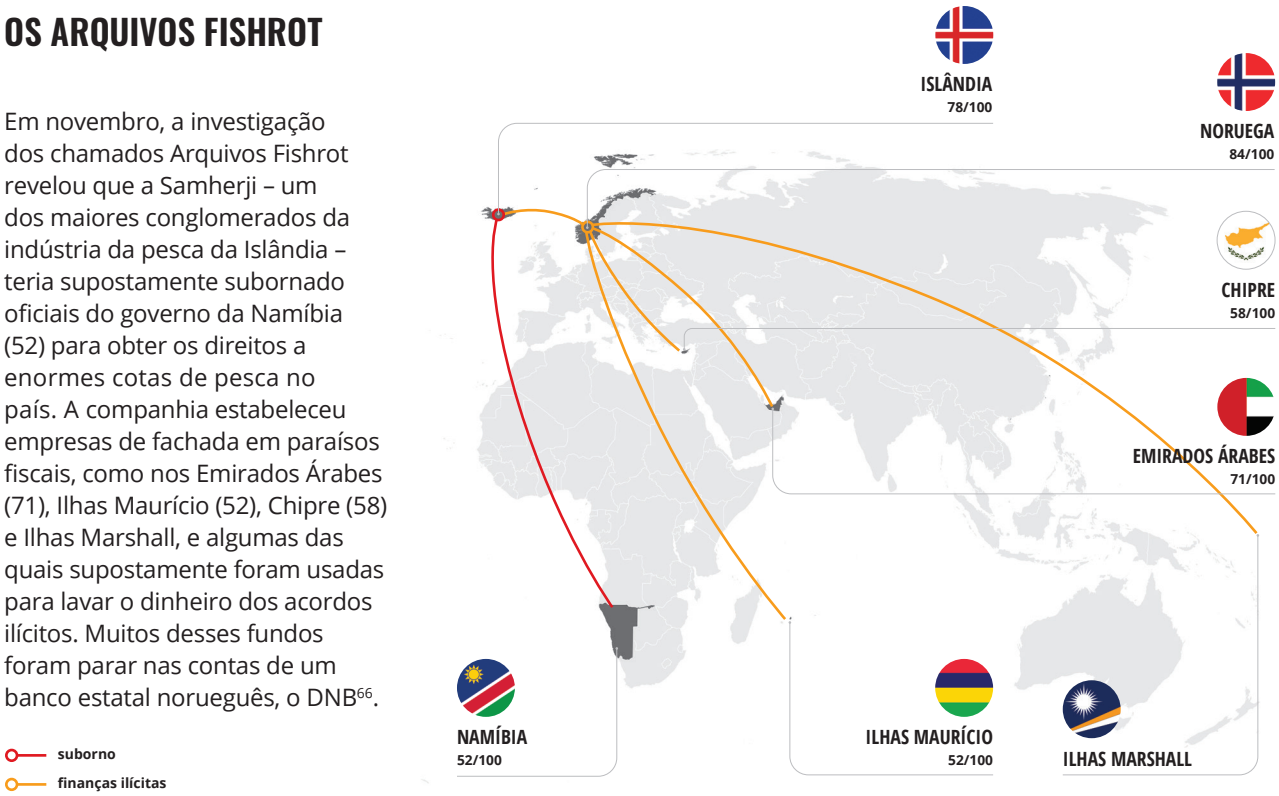
Contudo, integridade no âmbito nacional nem sempre se traduz em integridade fora de suas fronteiras; e diversos escândalos em 2019 demonstraram que a corrupção transnacional muitas vezes é facilitada, possibilitada e perpetuada por países nórdicos aparentemente íntegros.

Apesar de algumas multas e processos de grande visibilidade, nossa pesquisa mostra que, entre os países da OCDE, o cumprimento de leis sobre pagamento de propinas no exterior é espantosamente baixo[65]. O papel demasiado grande que certas empresas têm na economia de seus países lhes rende um apoio político que por muitas vezes triunfa sobre um verdadeiro accountability. Alguns bancos e empresas não são apenas "grandes demais para falir" – eles também são poderosos demais para se pagar. Fiscalização e sanções contra a lavagem de dinheiro são frequentemente desarticuladas e ineficientes.

O IPC põe em destaque onde são necessários os esforços anticorrupção mais fortes em todo o mundo. Ele dá ênfase aos locais em que as empresas precisam demonstrar maior responsabilidade para promover integridade e transparência, bem como onde os governos precisam eliminar as influências indevidas de interesses privados que podem ter um efeito devastador no desenvolvimento sustentável.

OS ARQUIVOS FISHROT

Em novembro, a investigação dos chamados Arquivos Fishrot revelou que a Samherji – um dos maiores conglomerados da indústria da pesca da Islândia – teria supostamente subornado oficiais do governo da Namíbia (52) para obter os direitos a enormes cotas de pesca no país. A companhia estabeleceu empresas de fachada em paraísos fiscais, como nos Emirados Árabes (71), Ilhas Maurício (52), Chipre (58) e Ilhas Marshall, e algumas das quais supostamente foram usadas para lavar o dinheiro dos acordos ilícitos. Muitos desses fundos foram parar nas contas de um banco estatal norueguês, o DNB[66].



SUBORNO NAS TELECOMUNICAÇÕES

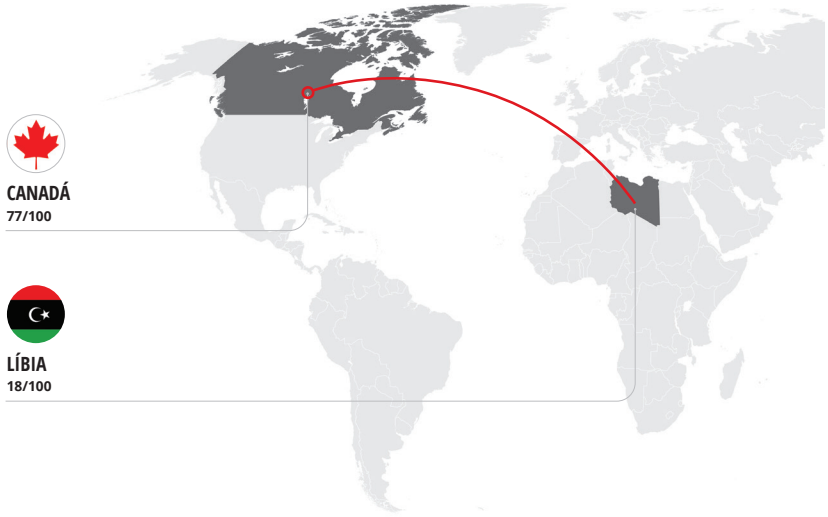
Em 2019, a gigante das telecomunicações sueca, Ericsson, concordou em pagar US$ 1 bilhão para resolver um caso de suborno transnacional que envolvia uma campanha que durou 16 anos e que consistia em pagar para receber contratos na China (41), no Djibuti (30), no Kuwait (40), na Indonésia (40) e no Vietnã (37). Essa foi a segunda maior multa já paga a autoridades dos Estados Unidos[67].



suborno

O CASO SNC-LAVALIN

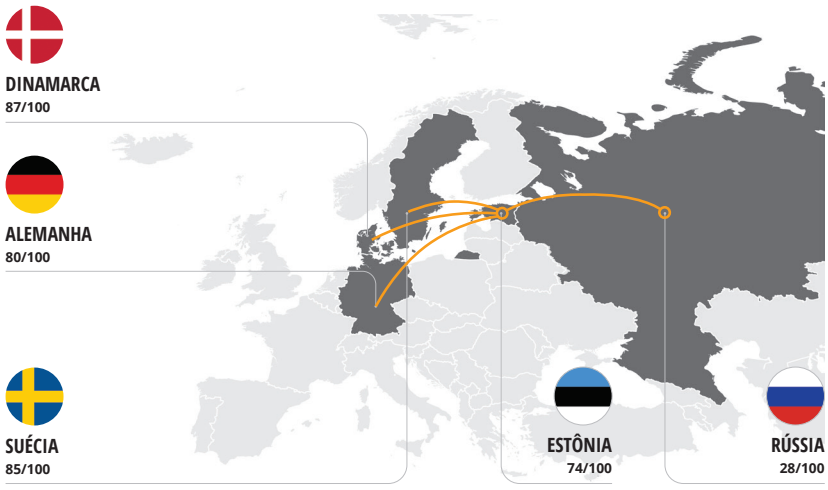
No Canadá (77), que caiu quatro pontos no IPC de um ano para o outro, um ex-executivo da empresa de construção civil SNC-Lavalin foi condenado em dezembro por propinas pagas na Líbia (18).



suborno

DANSKE BANK SCANDAL

Após o escândalo de lavagem de dinheiro do Danske Bank, o maior banco da Dinamarca (87), grandes instituições financeiras, como o Swedebank, da Suécia, (85) e o Deutsche Bank, da Alemanha (80), foram investigados em 2019 por envolvimento com pagamentos suspeitos de clientes estrangeiros considerados de alto risco, a maioria vindo da Rússia (28), através da Estônia (74).



Finanças ilícitas

METODOLOGIA

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) agrega dados de diversas fontes que fornecem as percepções do setor privado e de especialistas acerca do nível de corrupção no setor público. Os seguintes passos são usados para se calcular o IPC:

1. Selecionar as fontes dos dados. Cada fonte de dados usada para construir o IPC precisa obedecer aos seguintes critérios para se qualificar como uma fonte válida:

+ Quantificar riscos ou percepções da corrupção no setor público
+ Basear-se em uma metodologia confiável e válida
+ Vir de uma organização com boa reputação
+ Permitir variação suficiente de pontuação para poder haver distinção entre os países
+ Ranquear um número substancial de países
+ Considerar apenas avaliações de especialistas ou do setor privado
+ Ser atualizada regularmente

O IPC 2019 é calculado usando 13 fontes de dados, de 12 instituições diferentes, que capturam as percepções da corrupção nos últimos dois anos.

2. Padronizar as fontes de dados em uma escala de 0 a 100. Essa padronização se dá ao se subtrair a média aritmética de cada fonte, relativa ao ano-base, da pontuação de cada país, e então dividir pelo desvio-padrão da fonte em questão relativo ao ano-base. Esse processo de subtração e divisão usando os parâmetros do ano-base garante que as pontuações do IPC sejam comparáveis ano a ano desde 2012. Após esse procedimento, as pontuações padronizadas são multiplicadas pelo valor do desvio-padrão do IPC em 2012 (20) e é adicionada a média aritmética do IPC em 2012 (45), de modo que o conjunto de dados se adequa à escala de 0 a 100 do IPC.

3. Calcular a média. Para ser incluído no IPC, o país ou território precisa ter sido avaliado por pelo menos três fontes. A partir disso, a pontuação do IPC de um país é calculada como sendo a média de todas as pontuações padronizadas que existam para aquele país. As pontuações são arredondadas para se tornarem números inteiros.

4. Divulgar a medida de incerteza. A pontuação do IPC é acompanhada de erro padrão e intervalo de confiança. Isso captura a variação verificada através de todas as fontes de dados disponíveis para um país ou território.

NOTAS FINAIS

1 Baseado na variável *Power Distributed by social group (v2pepwrsoc) in Varieties of Democracy,* https://www.v-dem.net/en/data/dataversion-9/

2 "Electoral Integrity Project", *Perceptions of US Electoral Integrity*, maio de 2019, https://www.electoralintegrityproject.com/data

3 Os dados são tirados da variável "v2eldonate" no conjunto de dados da VDEM, que avalia a divulgação de doações de campanhas em eleições nacionais. As respostas variam numa escala de 0, representa um cenário onde não há exigências para divulgação de dados, até 4, que representa um cenário onde há exigências abrangentes de divulgação dos dados que são cumpridas e impostas com regularidade. Para fins de visualização dos dados, as categorias 0 e 1 foram consolidadas em uma.

4 OSCE, *Bosnia and Herzegovina General Elections: ODIHR Election Observation Mission Final Report,* 2019, https://www.osce.org/odihr/elections/bih/389537

5 Kalinowski, T., Rhyu, S.Y. e Croissant, A, *South Korea Report: Sustainable Governance Indicators 2019. Bertelsmann Stiftung,* 2019, https://www.sgi-network.org/2019/ South_Korea

6 Bertelsmann Stiftung, *BTI 2018 Country Report — Côte d'Ivoire. Bertelsmann Stiftung, 2018*, https://www.bti-project.org/fileadmin/files/BTI/Downloads/Reports/2018/pdf/BTI_2018_Cote_d_Ivoire.pdf

7 Os dados são tirados da variável "v2dlconslt" no conjunto de dados da VDEM, que avalia a abrangência das consultas públicas nos momentos em que alterações nas políticas públicas estão sendo debatidas. As respostas variam numa escala onde 0 representa um cenário onde não há consultas públicas, com o valor máximo de 5, que representa um cenário onde há exercícios abrangentes de consulta pública envolvendo todas as partes do espectro político e outros atores relevantes (empresários e sociedade civil). Para fins de visualização dos dados, as categorias foram consolidadas em apenas três: uma para cenários de consulta pública com grupos próximos ao governo, outra com consultas junto a grupos políticos fora da esfera governista, e uma última com consultas junto a uma vasta gama de atores.

8 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Nicaragua*, fevereiro de 2019, https://freedomhouse.org/report/ freedom-world/2019/nicaragua

9 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Ecuador*, fevereiro de 2019, https://freedomhouse.org/report/ freedom-world/2019/ecuador

10 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Turkey*, fevereiro de 2019, https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/turkey

11 Transparência Internacional, *25 corruption scandals that shook the world,* julho de 2019, https://www.transparency.org/news/feature/25_corruption_scandals

12 Deutsche Welle, *Odebrecht bribed across Latin America,* dezembro de 2016, https://www.dw.com/en/odebrecht-bribed-across-latin-america/a-36887600

13 Transparência Internacional*, Global Corruption Barometer – Latin America and the Caribbean*, setembro de 2019, https://www.transparency.org/gcb10/latin-america-and-thecaribbean

14 Cámara De Diputados Del H. Congreso De La Unión, *Ley Orgánica De La Fiscalía General De La República*, dezembro de 2018, http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LOFGR_201218.pdf

15 Milken Institute Review, *Authoritarian Populism Loses Its Glow in Nicaragua*, julho de 2018, https://www.milkenreview.org/articles/authoritarian-populism-loses-its-glowin-nicaragua

16 Thomas, Troy, *Optimism about fighting corruption in Guiana*, setembro de 2019, https://voices. transparency.org/optimism-aboutfighting-corruption-in-Guianaf5307f402344

17 Pew Research Center. *Public Trust in Government: 1958-2019*, abril de 2019, https://www.people-press. org/2019/04/11/public-trust-ingovernment-1958-2019/

18 The New York Times. *Clash Between Trump and House Democrats Poses Threat to Constitutional Order*, maio de 2019, https://www.nytimes.com/2019/05/07/us/politics/trumpdemocrats.html

19 Open Secrets, *Lobbying spending reaches $3.4 billion in 2018, highest in 8 years,* janeiro de 2019, https:// www. opensecrets.org/news/2019/01/ lobbying-spending-reaches-3-4-billionin-18/

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

20 Fact Coalition, *Incorporation Transparency,* https://thefactcoalition. org/issues/incorporationtransparency

21 Bloomberg, *Trump Team's Conflicts and Scandals: An Interactive Guide*, março de 2019, https:// www. bloomberg.com/graphics/ trumpadministration-conflicts/

22 The New York Times. Trump 'Ignored and Injured' the National Interest, *Democrats Charge in Impeachment Articles*, dezembro de 2019, https://www.nytimes. com/2019/12/10/us/politics/ trumpimpeachment-articles.html

23 Politico. *GOP Rep. Louie Gohmert publicly identifies person purported to be whistleblower*, dezembro de 2019, https://www. politico.com/ news/2019/12/11/ gohmertwhistleblower-impeachment-083234

24 França, *Guilherme, Brasil: setbacks in the legal and institutional anti-corruption frameworks. Transparência Internacional*, novembro de 2019, https://www.transparency. org/whatwedo/ publication/ brazil_setbacks_in_ the_legal_and_ institutional_anti_ corruption_ frameworks

25 Martini, *Maíra, Brasil's Supreme Court halts anti-money laundering investigations*, julho de 2019, https:// voices.transparency.org/the-role-offinancial-intelligence-units-and-thefight-against-corruption-in-brazile745f1c8e749

26 Folha de São Paulo, *Dodge compara STF a 'tribunal de exceção' e vê inquérito das fake news como ilegal*, agosto de 2019, https://www1. folha.uol.com.br/poder/2019/08/ dodgecompara-stf-a-tribunal-de-excecaoe-ve-inquerito-das-fake-news-comoilegal.shtml

27 Freedom House, *Regions: AsiaPacific*, 2019, https:// freedomhouse. org/regions/asia-pacific

28 The Conversation, *Australia's political lobbying regime is broken and needs urgent reform*, setembro de 2018, https://theconversation. com/australias-political-lobbyingregime-is-broken-and-needs-urgentreform-123003

29 Quartz, *Here's why India's electoral bonds make political funding even more opaque*, abril de 2019, https://qz.com/ Índia/1593577/modis-electoral-bondsmake-2019-indian-election-fundingopaque/

30 Asia Times, *End of an anticorruption era in Indonesia*, janeiro de 2020, https://www.asiatimes. com/2020/01/article/end-of-an-anticorruption-era-in-indonesia/

31 Center for Strategic and International Studies, *Jokowi 2.0: Policy, Politics, and Prospects for Reform*, outubro de 2019, https:// www. csis.org/analysis/jokowi-20-policypolitics-and-prospects-reform

32 The Jakarta Post, *Indonesia has reasons for optimism despite democratic setbacks,* dezembro de 2019, https://www.thejakartapost. com/news/2019/12/10/indonesia-has-reasons-for-optimismdespite-democratic-setbacks.html

33 Brookings Institution, *The Anatomy of Illiberal States: Assessing And Responding To Democratic Decline In Turkey And Central Europe*, fevereiro de 2019, https://www.brookings. edu/ wp-content/uploads/2019/02/ illiberalstates-web.pdf

34 International Institute for Democracy and Electoral Assistance, *The Global State of Democracy 2019,* novembro de 2019, https://www.idea. int/ publications/catalogue/global-stateof-democracy-2019

35 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Uzbekistan*, fevereiro de 2019, https://freedomhouse. org/report/freedom-world/2019/ uzbekistan

36 OCCRP, *Armenia Continues Systemic Anti-Corruption Campaign*, julho de 2018, https://www.occrp. org/ en/27-ccwatch/cc-watch-briefs/8395armenia-continues-systemic-anticorruption-campaign

37 OECD, *Anti-corruption reforms in Armenia: 4th round of monitoring of the Istanbul Anti-Corruption Action Plan*, julho de 2018, https://www. oecd.org/ corruption/acn/OECD-ACN-Armenia4th-Round-Monitoring-Report-July2018-ENG.pdf

38 Transparência Internacional - Armênia*, Statement on International Anti-corruption Day*, dezembro de 2019, https://transparency.am/en/ news/ view/2943

39 Financial Times, *Kosovo 'enslaved from within' by corruption, says incoming PM*, dezembro de 2019, https:// www.ft.com/ content/ddc2f794-060e11ea-a984-fbbacad9e7dd

40 Al Jazeera, *'New chapter': What a left-wing victory means for Kosovo*, outubro de 2019, https:// www. aljazeera.com/indepth/ features/ chapter-left-wing-victory-meanskosovo-191007084722337.html

41 Transparência Internacional, *Global Corruption Barometer - Middle East and North Africa 2019*, dezembro de 2019, https://www.transparency. org/ gcb10/middle-east-and-north-africa

42 International Institute for Democracy and Electoral Assistance, *The Global State of Democracy 2019*, novembro de 2019, https://www.idea. int/publications/catalogue/global-stateof-democracy-2019

43 Independent Arabia*, We are headed towards a "mafia state",* maio de 2019, http://bit.ly/2sssRW8

44 Mosaique FM, *Rahmani: These are the reasons for the slow pace of the recovery of looted funds*, junho de 2019, http://bit.ly/2FL8aaQ

45 Al-Quds-Al-Arabi, *Was the independence of the judicial council achieved after the revolution?*, setembro de 2019, http://bit.ly/30lsidi

46 The Guardian, *Saudi Arabia claims anti-corruption purge recouped $100bn*, janeiro de 2018, https:// www.theguardian.com/world/2018/ jan/30/anti-corruption-purge-nets-more-than100bn-saudi-arabia-claims

47 Human Rights Watch, *Saudi Arabia: Clarify Status of 'Corruption' Detainees, fevereiro de 2019*, https:// www.hrw.org/news/2019/02/18/ saudi-arabia-clarify-status-corruptiondetainees

48 Quartz, *Congo Brazzaville's 'first son' laundered $50 million through six European countries – report*, agosto de 2019, https:// qz.com/africa/1682083/ congo-brazzaville-president-sonaccused-of-laundering-50m/

49 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Republic of Congo*, fevereiro de 2019, https:// freedomhouse. org/report/freedom-world/2019/ congo-republic-brazzaville

50 Freedom House, *Freedom in the World 2019: Madagascar*, fevereiro de 2019, https://freedomhouse. org/report/freedom-world/2019/ madagascar

51 OCCRP, *Over Half of Madagascar's MPs Accused of Corruption,* maio de 2019, https://www.occrp.org/en/ daily/9765over-half-of-madagascar-s-mp-saccused-of-corruption

54 Reuters, *Angola hits 'Princess' dos Santos with asset freeze,* dezembro de 2019, https://www.reuters. com/ article/us-angola-corruption/ angolahits-princess-dos-santos-with-assetfreeze-idUSKBN1YZ0IB

55 BBC News, *Murder in Accra: The life and death of Ahmed Hussein-Suale*, janeiro de 2019, https://www.bbc. com/news/world-africa-47002878

56 Reuters, *Ghana suspends seven high court judges over corruption accusations*, outubro de 2015, https:// www.reuters.com/ article/us-Gana-judiciary/ghanasuspends-seven-high-court-judgesover-corruption-accusationsidUSKCN0S002U20151006

57 OCCRP, *Greece: New Government Forms Anti-Graft Body,* agosto de 2018, https://www.occrp.org/en/27-ccwatch/ cc-watch-briefs/10588-greece-newgovernment-forms-anti-graft-body

58 Reuters, *Italy parliament approves corruption crackdown in win for 5-Star,* dezembro de 2018, https:// www.reuters.com/article/us-italy-corruption-law/italy-parliament-approves-corruptioncrackdown-in-win-for-5-staridUSKBN1OH25B

59 OCCRP, *Greece: New Government Forms Anti-Graft Body,* agosto de 2018, https://www.occrp.org/en/27-ccwatch/ cc-watch-briefs/10588-greece-newgovernment-forms-anti-graft-body

60 Reuters, *EU targets Poland, Romania with defense of judicial independence*, abril de 2019, https:// www.reuters.com/article/ us-euPolônia-judiciary/eu-targets-polandromania-with-defense-of-judicialindependence-idUSKCN1RF14V

61 Transparência Internacional, *European commission confirms Czech Prime Minister Andrej Babiš has conflict of interest*, junho de 2019, https:// www. transparency.org/news/ pressrelease/ european_commission_ confirms_ czech_prime_minister_ andrej_babish_ has_conflic

62 The Guardian, *Malta's corruption is not just in the heart of government, it's the entire body,* dezembro de 2019, https://www.theguardian.com/ commentisfree/2019/dec/03/malta-corruption-daphnecaruana-galizia-murder

63 Martini, Maíra, *Why Danske Bank Estonia appears in so many moneylaundering scandals,* agosto de 2018, https://voices.transparency.org/ why-danske-bank-estonia-appears-in-so-many-moneylaundering-scandals-424047fe987c

64 Brillaud, *Laure and Martini, Maíra, The case for an EU anti-money laundering agency is clear: will the EU take action?*, dezembro de 2019, https://voices. transparency.org/the-case-for-an-eu-anti-money-laundering-agency-is-clear-willthe-eu-take-action-a12133d59896

65 Dell, *Gillian and McDevitt, Andrew, Exporting Corruption - Progress Report 2018: Assessing enforcement of the OECD antibribery convention. Transparência Internacional,* setembro de 2018, https://www.transparency. org/ whatwedo/publication/ exporting_ corruption_2018

66 Stundin, *An Islândiaic fishing company bribed officials in Namibia and used Norway's largest bank to transfer 70 million dollars to a tax haven,* novembro de 2019, https:// stundin.is/grein/9920/?sfns=mo

67 BBC News, *Sweden's Ericsson to pay over $1bn to settle US corruption probe,* dezembro de 2019, https:// www.bbc.com/news/world-uscanada-50695438

PROMOVA MUDANÇAS COM A GENTE

PARTICIPE

Como você se sente sobre a posição do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção? Siga nossas páginas nas redes sociais e compartilhe suas visões conosco.

https://www.facebook.com/transparenciainternacionalbrasil/
https://twitter.com/ti_interbr
https://www.instagram.com/transparenciainternacionalbr/

ACOMPANHE

Acesse nosso site e confira todas as nossas publicações e mais recentes realizações.

https://www.transparenciainternacional.org.br

APOIE

Sua doação nos ajudará a apoiar vítimas e testemunhas de corrupção, produzir conhecimento e comprometer governos e empresas com as melhores práticas de transparência e integridade. Faça uma doação.

https://doe.transparenciainternacional.org.br



Transparency International
International Secretariat
Alt-Moabit 96, 10559 Berlin, Germany

Phone: +49 30 34 38 200
Fax: +49 30 34 70 39 12

ti@transparency.org
www.transparency.org

Blog: voices.transparency.org
Facebook: /transparencyinternational
Twitter: @anticorruption